

Contribuição ao debate sobre financiamento de bolsas de pós-graduação no Instituto de Estudos da Linguagem

Nós, Representantes Discentes do Instituto de Estudos da Linguagem abaixo-assinados, aproveitamos a reflexão fomentada por outros estudantes sobre o financiamento de bolsas de pós-graduação e levantamos alguns elementos que a problemática que esse tema deve envolver de forma a nos posicionarmos contrariamente à proposta expressa na carta. Reiteramos, ainda, que a presente contra-proposta não visa inibir uma discussão que se mostra produtiva perante o cenário hodierno, mas fomentá-la a partir do diálogo entre os discentes de forma representativa antes de efetivamente lançar alguma recomendação. Nesse sentido, já propomos, logo de início, uma reunião com os discentes para podermos elaborar uma moção sobre o tema, a ser agendada ainda esta semana. Assinam esta carta também os representantes discentes dos cursos de graduação, pois as bolsas de Iniciação Científica estão contempladas no debate sobre o desmonte universitário. Ademais, defendemos o que segue.

Em primeiro lugar, reconhecemos a dificuldade financeira atual que uma parcela importante dos pós-graduandos enfrenta na realização dos seus cursos de pós-graduação.

Em segundo lugar, em termos breves, entendemos também que as dificuldades financeiras encontradas decorrem, além da realidade atual de desemprego e de outros fatores sociopolíticos, da diminuição da oferta de bolsas de pós-graduação pela CAPES, pelo CNPq e pela Fapesp. Nesse sentido, é válido, também, considerar que perante a construção de uma universidade mais democrática, com a inclusão de políticas afirmativas nos programas de Linguística, Linguística Aplicada e Teoria e História Literária, as questões que versam sobre permanência são cada vez mais urgentes.

Além disso, entendemos que a diminuição de bolsas está relacionada fortemente com o desmonte neoliberal das instituições públicas com fins privatizantes. Esses projetos abrangem, dentre outros eventos e processos: em nível nacional, a entrada em vigor, em 2017, da Emenda Constitucional 95, que congela os gastos públicos por 20 anos; em nível mais estadual, o subfinanciamento das universidades públicas paulistas, insuficiente para as demandas dessas instituições; a diminuição de verbas federais para órgãos que oferecem bolsas de pós-graduação; etc.

Não é novidade, mas é importante salientar que os processos de flexibilidade ou austeridade financeira e trabalhista, assim como os processos de desmonte das instituições públicas têm como fim a possibilidade neoliberal de privatização e a satisfação dos interesses de lucro das corporações empresariais. Nesse sentido, por exemplo, a autonomia do conhecimento e as finalidades sociais da Universidade tornam-se essencialmente inconciliáveis com essa intervenção do interesse privado na coisa pública.

Ademais, também não é inédito que a falta de fontes públicas de financiamento é utilizada largamente como justificativa governamental para recorrer ao financiamento privado, ainda que a longo prazo. Os técnicos do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo (CRUESP), por exemplo, reconheceram recentemente, “a partir de dados

concretos, que a arrecadação do ICMS em 2018 deve ser maior do que o previsto pela Secretaria da Fazenda do Estado de SP” (<http://www.adunicamp.org.br/reuniao-tecnica-comprova-crescimento-na-arrecada-cao-forum-cobra-agendamento-de-negociacao/>), de modo que esse argumento não fundamenta a negação do reajuste efetivo (considerando as perdas inflacionárias) aos docentes das Universidade Públicas Paulistas.

O livro linkado a seguir, bem como a notícia sobre seu lançamento, indicam fortemente a materialidade dos projetos privatizantes à guisa de “repensar” a universidade pública por meio, nesse caso, da métrica das avaliações: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/224/203/937-1>; <http://agencia.fapesp.br/livro-reune-recomendacoes-sobre-metricas-de-avaliacao-das-universidades-/28390/>

No mais, para o adensamento sobre os problemas da proposta de fundos patrimoniais, reportamo-nos a um informativo do ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior, ao qual a Associação dos Docentes da Unicamp é associada) com nota contra projetos de Lei de fundos patrimoniais <http://www.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-inf-803727796.pdf>

Lembramos, ainda, que a larga adoção de fundos patrimoniais para o financiamento é defendida neste momento na Unicamp por coletivos políticos de caráter neoliberal, reacionário e conservador, que disputam a direção de entidades representativas da Universidade, apoiando declaradamente, por exemplo, a medida provisória recentemente editada pelo governo Temer a favor de tais fundos, tendo estes o suposto objetivo da manutenção do patrimônio histórico, contra o qual o neoliberalismo de Temer e de outros governos contribuíram para incendiar.

Defendemos, contra a precarização das condições de trabalho e de estudo, a luta e a mobilização de estudantes e trabalhadores de dentro e de fora da Universidade, na direção da construção coletiva de propostas contra o subfinanciamento das universidades públicas e contra os projetos políticos que o defendem. A carreira docente, o acesso à educação e a permanência estudantil são temas altamente relacionados com esse debate permanente, em plena discussão na Unicamp, mas também nos projetos partidários, que têm debatido a questão da dívida pública e sua relação com o investimento na saúde, na educação, nos direitos trabalhistas, entre outros.

Sem mais, assinam esta carta:

Rafahel Jean Parintins Lima (RD do Departamento de Linguística)
Giulia Mendes Gambassi (RD da Congregação do IEL e da Comissão de Pós-graduação em Linguística Aplicada)
Gabriela Beduschi Zanfelice (RD da Congregação do IEL e do Departamento de Teoria Literária)
Gabriel Philipson (RD do Departamento de Teoria Literária)
Floriza Fernandes (RD do Departamento de Teoria Literária)
Rodrigo Octávio Cardoso (RD do Departamento de Teoria Literária)

Vitória Bonuccelli Heringer Lisboa (RD da Congregação, do Departamento de Linguística e
da Comissão de Graduação)
Paula Garcia Corrêa (RD da Biblioteca)
Guilherme de Faria Rodrigues (RD da Comissão de Pós-Graduação)

Anexo

Vídeo de debate na Adunicamp sobre a *crise de financiamento das universidades estaduais paulistas: contexto político-econômico e impactos*:

<http://www.adunicamp.org.br/a-crise-de-financiamento-das-universidades-estaduais-paulistas-contexto-politico-economico-e-impactos/>